

ESTUDO DA ACESSIBILIDADE EM ACADEMIAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB

Danielly Mendonça Gonçalves¹
Ithalo Anderson Ferreira da Silva²
Frankslale Fabian Diniz de Andrade Meira³

INTRODUÇÃO

Quando se fala em acessibilidade logo vem à mente algo que seja de fácil acesso, facilidade de aproximação seja no tato e na aquisição. De acordo com o dicionário Aurélio, o significado da palavra acessibilidade é “qualidade do que atingível”.

A acessibilidade constitui um direito universal importante. Um espaço acessível é aquele que pode ser percebido e utilizado em sua plenitude por todos (SOUZA et al., 2005). Solidifica-se em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado (MANZINI, 2005).

Segundo Godoy et. al (2000) o progresso por espaços livres de barreiras arquitetônicas implica a possibilidade e a condição de alcance para que pessoas com deficiência física usem com segurança e autonomia edificações, mobiliários, equipamentos urbanos, meios de transportes e meios de comunicação. De acordo com dados do último Censo do IBGE, em 2010, dos 3.766.834 habitantes no Estado da Paraíba, 27,76%, que representam 1.045.631 pessoas, declararam ter ao menos um tipo de deficiência. Com isso, a Paraíba é o terceiro estado com o maior índice de pessoas com deficiência do país, com um a cada quatro habitantes declarando conviver com algum tipo de limitação visual, auditiva, motora ou mental. Em João Pessoa a proporção de pessoas que disseram ter algum tipo de deficiência foi de 26%, enquanto em Campina Grande o percentual foi de 23%.

Estudos realizados por Zuchetto e Castro (2002) sobre os benefícios da atividade física para a qualidade de vida em pessoas com deficiência motora, constataram que os principais obstáculos enfrentados para realização da prática de atividade física, eram as barreiras arquitetônicas. E ainda afirmaram que não era o suficiente a oferta somente do local para a prática, era necessário dar condições para que pessoas com deficiência motora pudessem se deslocar e ter acesso a esses estabelecimentos.

A acessibilidade tornou-se um assunto de muita importância porque hoje, no Brasil, aproximadamente 25 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência física e/ou mobilidade reduzida (FONSECA, 2006).

Esse trabalho tem por base a Norma Técnica NBR 9050/2015 que é apresentada como fonte de orientação para acessibilidade em edificações na construção ou reforma. Além disso, possui embasamento no desenho universal que visa a criação de ambientes livres de barreiras e de fácil utilização, por qualquer pessoa. Desta maneira busca-se descobrir, como se dá a acessibilidade de pessoas com deficiência física nas academias de musculação da cidade de

¹Graduando do Curso Tecnólogo em Construção de Edifícios pela Instituição Federal de Ciências e Tecnologia Campos Campina Grande - PB, daniellymendonca18@email.com;

²Graduado pelo Curso Tecnólogo em Construção de Edifícios pela Instituição Federal de Ciências e Tecnologia Campos Campina Grande - PB, ithaloo@outlook.com;

³ Professor orientador: Dr, Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB - PB, frankslale.meira@ifpb.edu.br

Campina Grande. Assim esse trabalho tem um caráter social que serve de certo modo para ajudar pessoas a acessar com maior facilidade as áreas de uso público, tendo o direito de usufruir dos locais necessários com independência e vontade própria.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa de campo experimental descritiva comparativa que será realizada em academias na Cidade de Campina Grande – PB, no período de agosto de 2019 a Julho de 2020. Para isso foram escolhidas 10 (dez) Academias da Cidade de Campina Grande – PB que estavam devidamente registradas no CREF – PB e em que os responsáveis concordaram no diagnóstico sem que sejam mencionados os nomes destas. Dessa forma chamaremos as academias de 1 a 10.

O trabalho impõe riscos mínimos, entretanto pode ter o risco de constrangimento por parte dos donos de academias que não são dotadas de acessibilidade, para isso será brevemente explicado sobre o trabalho nas academias. Os benefícios da pesquisa será diminuir o quadro de exclusão e desigualdades por parte das estruturas físicas nos ambientes das academias, pois essas barreiras arquitetônicas podem diminuir oportunidades que beneficiam a promoção da saúde física e mental de pessoas com deficiência.

Para a realização da pesquisa e obtenção das variáveis a serem estudadas: acesso ao interior e exterior das edificações, distâncias entre os maquinários, acesso aos maquinários e instalações sanitárias das academias relacionadas, o projeto de pesquisa foi apresentado aos proprietários das empresas e será desenvolvido com autorização institucional formal por parte deles.

Os procedimentos de coleta de dados da presente pesquisa estão sendo realizados através de visitas exploratórias nas academias e para isso utilizou-se questões elaboradas e fundamentadas na NBR 9050/15. E os resultados serão obtidos através dos quadros que vão ser elaborados com essas questões, os quais analisam itens importantes para acessibilidade da pessoa com deficiência.

Os quadros elaborados terão uma lista com todos os detalhes que precisam ser checados para que cada situação se desenvolva de acordo com seu planejamento. Portanto, trata-se de uma maneira na qual busca auxiliar quem quer que seja na hora de verificar detalhes que não podem ser esquecidos. Os tópicos foram divididos em 3 grandes áreas adaptadas da acessibilidade física: Acesso e circulação; Instalações de bebedouro e Sanitários e Acesso aos aparelhos e aparelhos. As possibilidades de respostas são SIM ou NÃO para a existência daquele item e um espaço para observações se necessário.

DESENVOLVIMENTO

Para o surgimento dos estudos da acessibilidade não existe um marco de fácil delimitação. Segundo (SASSAKI, 2009), a utilização do termo se dá a partir do surgimento de dos serviços voltados a reabilitação física e profissional, no final da década de 40 e início da década de 50.

Nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70 surgem de maneira mais efetiva, alterações arquitetônicas que se propunham a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a prédios, bem como sua locomoção, ainda que isso fosse feito sem um parâmetro estabelecido (SASSAKI, 2005).

Isso trouxe importantes reflexos também no que diz respeito a órgãos internacionais, com um discurso que reafirmava que as pessoas deficientes, qualquer que seja a origem,

natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade.

Na década de 80, o ano de 1981 foi um ano propulsor de lutas declarado como o ano internacional das pessoas deficientes, onde ocorreram desenvolvimentos de uma série de campanhas de âmbito mundial com o intuito de alertar a sociedade acerca das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos. É nesta década que há o estabelecimento do Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência, documento da ONU que tem finalidade de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas; No seu conteúdo, fica acordado que “os Países-membros devem trabalhar em prol de um ambiente físico acessível para todos, abrangendo as pessoas com vários tipos de deficiência (SASSAKI, 2005).

A partir da década de 90 nasce a ideia de *Desenho Universal*, uma corrente que defende que os projetos arquitetônicos já sejam viabilizados sem as barreiras físicas comuns aos mesmos. O americano Ron Mace (arquiteto e deficiente físico) criou um grupo com arquitetos e defensores desses ideais para estabelecer os sete princípios do desenho universal. Estes conceitos são mundialmente adotados para qualquer programa de acessibilidade plena. São eles: Igualitários, Adaptável, Obvio, Conhecido, Seguro, Sem Esforço e Abrangente.

No seu terceiro artigo, inciso primeiro, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define acessibilidade como a

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015)

Esta definição é a mesma utilizada pela ABNT na NBR 9050/15, que estabelece critérios e parâmetros técnicos obrigatórios quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e rurais.

Santos et al. (2005) definem a acessibilidade como a possibilidade da convivência entre as diferenças, sendo esta benéfica para a sociedade e resultando numa melhor qualidade de vida para os deficientes físicos. Sarraf (2012) destaca que os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos.

Em relação à acessibilidade, há uma tendência natural a categorizá-la a partir de um olhar arquitetônico, reduzindo-a a um conjunto de regras relacionadas a ausência ou atenuação, em construções ou em vias públicas, de barreiras físicas aos deficientes físicos.

Para Rodrigues (2004) as barreiras arquitetônicas têm que ser vistas não somente como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas, mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidades em todas as dependências dos edifícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser realizado um levantamento preliminar da pesquisa em algumas academias que foram estudadas, pode-se perceber no presente estudo a fragilidade no preparo das academias, localizadas em Campina Grande-PB, em atender adequadamente pessoas com deficiência física, podemos considerar um alto índice de não atendimento para esse público. Com isso,

para que as pessoas com deficiência possam integrar-se nessas atividades com acessibilidade favorável e facilitadora para otimizar e garantir uma mobilidade e acesso de qualidade, além de serviços e atendimentos apropriados para as suas condições, será necessário repensar diversos aspectos em relação às próprias instalações e áreas de acesso as academias. Portanto, tais estabelecimentos não atendem de maneira adequada as pessoas com deficiência física, ou seja, ao adotar um programa de atividade física nesses espaços, esses indivíduos não encontrarão, de forma integral, as adequações necessárias, de acordo com suas exigências e particularidades. Com isso, frequentar esses espaços de maneira rotineira e simples, como para qualquer outra pessoa, se torna absolutamente inviável e desestimulador para as pessoas com deficiência, negando, de certa forma, o direito que esse público tem de praticar esportes ou atividades físicas, de ter lazer, e até mesmo de ir e vir, direito básico inerente a todos os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deficientes físicos enfrentam diversas dificuldades no dia a dia devido à falta de acessibilidade em muitos lugares. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos humanos, todos os cidadãos têm direitos iguais, tais como o de ir e vir. Desse modo, deve-se garantir aos deficientes, seu direito de se locomover dos centros urbanos, proporcionando para em seu direito de se locomover pelas ruas, proporcionando a eles autonomia e segurança durante seu trajeto. Porém, é rotineiro deparar-se com situações desprivilegiadas para as pessoas com deficiência física, e é ainda mais comum observar os obstáculos que elas precisam superar a cada dia: calçadas esburacadas, falta de sinalização (permanente, direcional, de emergência ou temporária), degraus, desníveis nas ruas e avenidas, entre outras situações difíceis.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiente Físico, Norma científica 9050/15.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 01 abril de 2019.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª edição, Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_164.pdf. Acesso em 01 out. 2019.

FONSECA, R. T. M. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa**. São Paulo: LTR, 2006.

GODOY, A.; NUNES, C.P.; REIS, D.A.; HATEM, D.S.; LORENTZ L.N.; FERREIRA, M.J. Cartilha da inclusão dos direitos da pessoa com deficiência. Belo Horizonte: PUC/MG, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dados do ano 2010.

RODRIGUES, D. A. Inclusão na Universidade: Limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. *Revista de Educação Especial da UFSM*, n. 23, 2004.

SANTOS A. dos; SANTOS, L. K. S.; RIBAS V. G. Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.55-75, jan./mar. 2005.

SARRAF, V. P. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, E.; CUTY, J. (Org.). *Acessibilidade em ambientes culturais*. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. p. 60-78.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K. (2005) "Conceito de Acessibilidade". Disponível em:
<<http://www.bengalalegal.com/romeusassak1.php>>. Acesso em 06 de março de 2019

ZUCHETTO, A.; CASTRO, R. As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos. *kinesis* 2002; 26:52-68.